



Número: **0002401-82.2016.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **06/12/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
25090 897	07/10/2019 17:52	<a href="#">[VOL 1][Petição Inicial]</a>	Petição Inicial
31459 364	10/06/2020 19:47	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
32211 766	09/07/2020 21:01	<a href="#">Informação</a>	Informação
35671 279	20/10/2020 10:38	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
36761 591	17/11/2020 18:45	<a href="#">Petição PARCELA CUSTAS</a>	Petição
36761 592	17/11/2020 18:45	<a href="#">PETICAO PAGAMENTO PARCELA CUSTAS</a>	Outros Documentos
36762 353	17/11/2020 18:45	<a href="#">DEMONSTRATIVO CUSTAS TOTAIS</a>	Documento de Comprovação
36762 354	17/11/2020 18:45	<a href="#">PARCELA CUSTAS QUITADAS</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
36938 321	21/11/2020 21:43	<a href="#">Mandado</a>	Mandado



**TRIGUEIRO & NOBREGA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA**

0002401-82.2016.815.0271



Recebido hoje sob protocolo

26/09/2016

NPA

02  
e

**FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA**, brasileiro, em união estável, agricultor, portador da Cédula de Identidade Civil nº. 974.610-SSP/PB e do CPF nº. 570.401..684-72, residente e domiciliada no Sítio Boa fé, s/n, Zona Rural, Nova Palmeira-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

## **AÇÃO DE COBRANÇA POR DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ c/c REPARAÇÃO DE DANOS**

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

1

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

03  
Q

### PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, a promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

### DOS FATOS

Que em 10 de agosto de 2015 o requerente recebeu o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvat da requerida no importe de R\$ 2.362,00 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais) referentes ao Sinistro nº. 3140118922 sob a invalidez adquirida em virtude das lesões na mão direita.

É certo que a requerente no dia 23/01/2008, por volta das 13h00min, foi vítima de acidente de trânsito quando o mesmo ia com destino ao Sítio Posse do Vento no município de Nova Palmeira-PB, conduzindo uma motocicleta, e em determinado momento, ao passar em uma curva, e devido as más condições da estrada perdeu o controle de seu veículo, ocorrendo assim o acidente. Após o ocorrido, o autor foi socorrido pela ambulância do Centro de Saúde Dr. Francisco Medeiros Dantas e levado para Hospital Regional de Picuí, onde constatou-se que o requerente sofrera lesões em várias partes do corpo.

Destarte, que segundo o Boletim de Ocorrência de Trânsito nº. 06/2013 expedido pela Polícia Civil de Picuí, o requerente pilotava uma motocicleta, placa MMO2604/PB.

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Também denuncia a documentação em anexo, que o requerente ainda permaneceu internado no Hospital Regional de Picuí durante seis dias, e que ainda recebeu atestado médico que trinta dias licença, ficando o mesmo impossibilitado de exercer suas atividades funcionais.

Destarte, que desse sinistro o requerente permaneceu inválido permanentemente, conforme denuncia o atestado em anexo.

Logo, nos leva a concluir pela invalidez permanente da requerente, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II é no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) para invalidez total. E, como o requerente permaneceu com uma invalidez permanente, deveria receber R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) correspondentes a uma invalidez permanente total, e não os R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) conforme a requerida pagou, perfazendo assim a diferença de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

### DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;*

*e*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”*

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é prenunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

*"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."*

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a







**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

00  
C

partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovemento da apelação. Manutenção da sentença. Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado." A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito da autora em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro da requerente ter acontecido no ano de 2015, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pela autora/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

02

Q

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

08  
Q

invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

**ANEXO**  
(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

<b>Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
<b>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos</b>	<b>70%</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%







TRIGUEIRO & NOBREGA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

09

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas na mão direita (700% setenta por cento)** o que perfaz o percentual correspondente aos 70% (setenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, referente a sua perda funcional. Porém, como já recebeu uma pequena parcela de tal montante administrativamente, agora só faz jus a diferença pleiteada.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

*"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."*

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

**"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo**





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

10  
C

beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)”

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do esgotamento das

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

12

*vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)*

Logo, está satisfeito a promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

### III - DOS PEDIDOS

**ANTE AO EXPOSTO**, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à diferença da indenização por invalidez permanente sofrida pela promovente. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

13

requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.

g. Seja o autor submetido a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos e cinquenta reais).

Nesses Termos,  
pede deferimento.

Picuí – PB, 22 de setembro de 2016.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB/PB 13220







**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

14  
C

## Anexo 01

### QUESITOS

- 1) *Se existe nexô causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*
- 2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*
- 3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*
- 4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*
- 5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: "75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais".*





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**Anexo 02**

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

<b>Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



**ARUANA SEGUROS DPVAT****SINISTRO: 3140118922**16  
P

ARUANA SEGURADORA S/A (cód: 2119)  
Visão Geral em 05/04/2016  
SINISTRO: 3140118922  
Data de Cadastro no Sistema: 12/12/2014

Dependência: 216  
JEM REGULADORA DE SINISTROS LTDA  
RUA AMINTAS BARROS, 3137  
LJ 03/BLOCO 1 - CENTRO COMERCIAL ABBAS CENTER  
59063-350 - LAGOA NOVA  
NATAL - RN  
Fone: (84) 3343-0117  
E-mail:

Nº RCO: 788346/2014 Solicitou: RN em 05/12/2014 13:49:38 Atendeu: PB em 09/12/2014 09:35:25

Origem: 216 00 31

Vítima: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA

End: SÍTIO BOA FE, S N

Bairro: LAGOA NOVA

Cidade: NOVA FLORESTA

CEP: 58178000

UF: PB

Código do Beneficiário: 1 - Vítima

Data de Nascimento: 07/05/1961

CPF: 57040168472

Data do Acidente: 23/01/2013

Natureza: 2

Código do Veículo: 9 - Motocicleta

**Históricos relativos ao Sinistro Nº 3140118922**

Data

Histórico

15/12/2014 08:59:08 Sinistro Cadastrado no SIS-DPVAT

22/06/2015 09:35:24 Aguardando aviso de pagamento

**Lançamentos de Pagamento encontrados para o Sinistro nº 3140118922**

SINISTRO	PG.NUM.	COD.	BENEFICIARIO	CPF/CNPJ	DATA DO PAGTO	VALOR	BANCO	AGENCIA	CONTA/DV
3140118922	01	1	FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA	57040168472	23/06/2015	2.362,50	104	04916-	000000003720-9
3140118922	03	1	FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA	57040168472	10/08/2015	2.362,50	104	04916-	000000004469-8



## PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante Francisco de Assis da Silva,  
brasileiro (a), Solteiro, Agricultor, portador(a) do RG nº.  
974.610 expedido por SSP/PB em 1/1 e do CPF nº.  
570.401.684-72 residente na(o) Sítio Boa Fé  
município de  
Picuí - PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e

constitui seu bastante procurador e advogado o Bel. **NILO TRIGUEIRO DANTAS, OAB-PB 13.220**, brasileiro, solteiro, advogado, com endereço profissional no Empresarial Evanisa Dantas localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0\*\*83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras e últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem como substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 18 de setembro de 2018

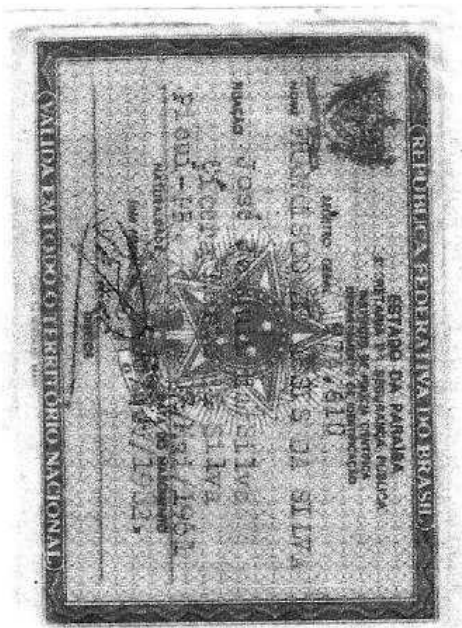
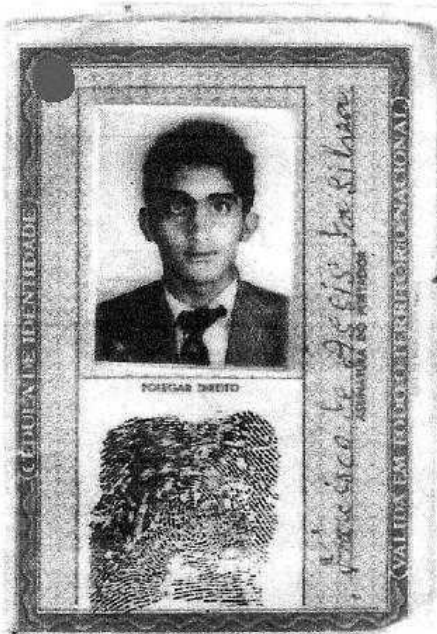
Francisco de Assis da Silva  
Outorgante



ZECONICME

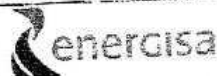


18  
Q





FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA  
SITIO AFE, SRI - AFEARURAL  
RIOQUIPE CEP 54187000 (AG 80)



ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 200, Km 25 - Centro Rodoviário - Jandaia do Sul - PR - CEP 86071-650  
CNPJ 09.096.180/0001-40 - Insc. Est. 16.015.823-0

Classe: RURAL MONOFASICO  
Raturo: 2 - 90 - 582 - 4790  
Nº medidor: 00000771030

Referência: Nov/2012  
Emissão: 09/11/2012

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 106832  
Código para Débito Automático: 00099118643

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

RESERVADO AO FISCO 70a cca0 53bc 8281 e04c 7812 c1a3 12ab

Conta referente a CDC (Código do Consumidor) Canal de contato

Nov/2012

08/11/2012

05/12/2012

CPFL/ENEL	57040168472	Calcular consumo
Atual	Anterior	Consumo
08/10/12	5070	08/11/12 5117
		1 47 28

Faturas em atraso	Valor (R\$)
FORNECIMENTO DE ENERGIA 47 x 0,23888	11,13
IMPOSTOS E ENCARGOS	
PS	0,08
COFINS	0,42
JUROS DE MORA 10/2012	0,08
MULTA 10/2012	0,27
ICMS (ISENTO)	

Out/12	53
Set/12	40
Ago/12	45
Jul/12	48
Jun/12	52
Mai/12	61
Abr/12	84
Mar/12	62
Fev/12	44
Jan/12	58
Dez/11	55
Nov/11	54

Média dos últimos meses  
62 kWh

Indicadores de Qualidade	Valor	Limite Inferior	Limite Superior
DIC MENSAL	12,40	5,94	220
DIC TRIMESTRAL	24,71		
DIC ANUAL	48,42	1,00	
PIC MENSAL	7,70		
PIC TRIMESTRAL	15,34		
PIC ANUAL	30,68	5,94	
DMC	0,78		
DICR	18,80		

VENCIMENTO 13/11/2012 TOTAL A PAGAR R\$ 11,97

Composição do valor total da sua conta

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. de Energia/PS	6,26	44,89
Compra de Energia	4,82	33,18
Serviço de Transmissão	0,58	4,93
Encargos	0,80	4,19
Impostos e Encargos	0,94	7,02
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	11,97	100,00

Valor da energia: R\$ 11,97 (11/2012) R\$ 11,97

**ATENÇÃO**  
As demonstrações contábeis, fiscais e regulatórias, estão disponíveis no site: www.energisa.com.br



## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Francisco de Assis da Silva,  
RG nº 974.610, data de expedição 06/11/1982, Órgão  
SSP/PB, CPF nº 570.403.684-72, venho perante a este  
instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em  
meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo  
descrito:

Logradouro (Rua/Avenida/Prça)	<u>Sítio Boa Fé</u>
Número	<u>510</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Zona rural</u>
Cidade	<u>Picuí</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58.187-000</u>
Telefone de Contato	<u>83) 3371-2274/ 9912-5490/ 9104-9190/ 8852-4690</u>
E-mail	<u>nilotdantas@hotmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Picuí-PB, 01/12/14

Assinatura do Declarante: Francisco de Assis da Silva



21  
C

**DECLARAÇÃO**  
**(Lei 7.115)**

Eu, Francisco de Assis da Silva  
brasileiro(a), solteiro, Agricultor, portador do  
RG nº 974.610 expedido por SSP / PB e do CPF nº  
570.403.684-72, residente na(o)  
Sítio Boa Fé município  
de Picuí - PB, DECLARO, nos precisos termos do art. 1º da lei nº 7.115  
de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de custas  
processuais, QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI, cuja situação econômica não me  
permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento  
próprio ou da família, BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA  
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e  
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 18 de setembro de 2018,

Francisco de Assis da Silva  
DECLARANTE  
(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983  
DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.  
O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, nome, dependência econômica, homônimo ou bons antecedentes, quando  
firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação  
aplicável.

Art. 3º A declaração nunciará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983: 162ª da Independência e 93ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel / Hélio Beltrão



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Francisco de Assis da Silva, portador da carteira de identidade nº 924.610 e inscrito no CPF/MF sob o nº 570.402.684-72, residente e domiciliado na Sítio Boa Fé, Cidade Picuí, Estado PB, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ( ) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ( ) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Francisco de Assis da Silva

Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação

Picuí-PB, 01/12/14

Local e data



**C E R T I D ã O**

Nº.Cont.: 06 /2013

**CERTIFICO**, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências N.º 06/2013, nele encontrei as folhas de N.º 06, o Registro n.º 06/2013, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: Aos 05 dias do mês de fevereiro do ano de 2013, Nesta cidade de Picuí, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil, presente a Autoridade Policial o (a) **Bel. João Joaldo Ferreira**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, Escrivão de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, Ai, volta das 09:40 horas, compareceu: **FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA**, brasileiro, nascido em 07/05/1961, em união estável, Agricultor, natural de Picuí / PB, Documento de Identidade **R.G. 974.610**, Órgão Expedidor: SSP/PB, CPF 570.401.684-72, filho (a) de José Joaquim da Silva e Cícera Maria da Silva, Sítio Lajedo, Picuí/PB; **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE no dia 23/01/2013, por volta das 13h, o comunicante ia com destino à Sítio Posse do Vento, divisa com o Sítio Boa Fé, no município de Nova Palmeira-PB, conduzindo uma motocicleta, placa MMO2604/PB, e em determinado momento, ao passar por uma curva, derrapou na estrada de terra, perdeu o controle da moto, e veio a cair, sendo lesionado em vários locais do corpo, sendo imediatamente socorrido por José Leonilson Feitosa da Silva e José Severiano Dantas, que chegaram no local, que prestaram socorro e ajudaram a alocar a vítima na ambulância do Centro de Saúde Dr. Francisco Medeiros Dantas, para o Hospital Regional de Picuí/PB, conforme Declaração do Centro de Saúde Nova Palmeira e fotocópia autenticada do Atestado emitido pelo Hospital Regional de Picuí/PB, anexos a esta.** Era o que tinha a registrar.

Picuí/PB, 05 de fevereiro de 2013.

Francisco de Assis da Silva  
COMUNICANTE:

José Leonilson Feitosa da Silva  
**JOSE LEONILSON FEITOSA DA SILVA**

1ª) TESTEMUNHA END.: SÍTIO ESPERA, S/N – ZONA RURAL DE NOVA PALMEIRA - PB, RG Nº 2.571.982-2ª VIA

José Severiano Dantas  
**JOSE SEVERIANO DANTAS**

2ª) TESTEMUNHA END.: SÍTIO POSSE DO BENTO, S/N – ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE NOVA PALMEIRA/PB, RG Nº 633.099-SSP-PB.

[Assinatura]  
AGENTE/ESCRIVÃO: 168.603-2



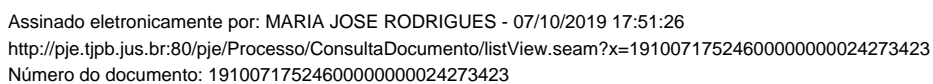
Delegacia Regional de Polícia Civil - Picuí - PB  
Rua Cel. Manoel Lucas, nº 02, Bairro Centro, CEP: 58.187-000 - Picuí - PB - Fone: (83) 3371-2324





2

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26



## DECLARAÇÃO

Eu, JOSE SEVERIANO DANTAS, Venho por meio desta a quem interessar possa que no dia 23/01/13, por volta das 13:00 horas, Prestei socorro ao(a) Sr(a) FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA levando-o(a) ao Hospital REGIONAL DE PICUI para tratamento de lesões que o(a) mesmo sofreu no acidente em que foi vítima, visto que na cidade onde mora não consta Atendimento ou Remoção pelo Samu, Corpo de Bombeiros, Anjos do asfalto e outros.

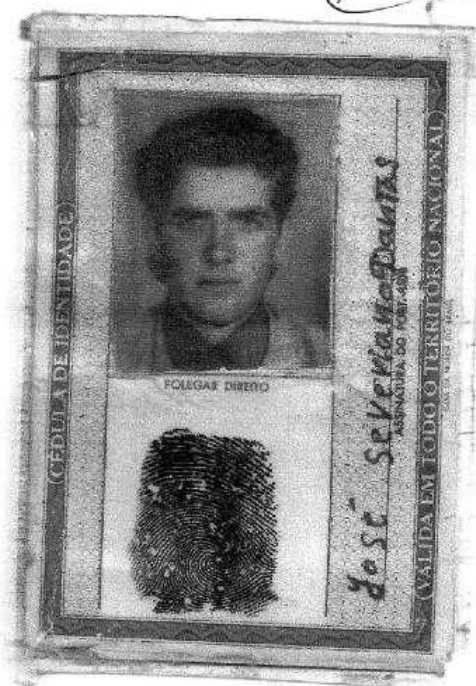
Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se julguem necessários.

PICUI-15 26 de OUTUBRO de 2014.

Atenciosamente,

JOSE SEVERIANO DANTAS  
ASSINATURA DA TESTEMUNHA







**PREFEIRURA MUNICIPAL DE NOVA PALMEIRA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**CENTRO DE SAÚDE DRº FRANCISCO MEDEIROS DANTAS**

27  
Q

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que o paciente **Francisco de Assis da Silva** Rg: N° 974.610 SSP/PB, agricultor, nascido em: 07/05/1961, residente no sítio: Boa Fé, Zona Rural, Nova Palmeira-PB foi socorrido pela ambulância deste Município devido a um acidente automobilístico ocorrido 23/01/2013 no Sítio Boa Fé em seguida levado ao Hospital Regional de Picuí.

O documento é verdade e dou Fé.

Nova Palmeira-PB 25 de Janeiro de 2013

**Maria Elisa Gomes de Oliveira**  
**Diretora do Centro de Saúde**



SUS		ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE	
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL			
CÓDIGO DA UNIDADE:	2767710	CGC/CPF:	08.778.268.0001/00
NOME:	HOSPITAL REGIONAL DE PICUI		
END.:	RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA		
MUNICÍPIO:	PICUI	ESTADO:	PARAIBA
UF:	25		
Nome:	FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA		
Raça/Cor:	PARDA		
Di. Nasc:	07/05/1981	Idade:	38 ano(s)
mês(es) de idade		dia(s) de idade	
Sexo:	M		
Mãe:	CICERA MARIA DA SILVA		
Profissão:	AGRICULTOR	Documento:	974610
Endereço:	ST POSSE DO BENTO		
Bairro:	ZONA RURAL		
Município/CEP/IBGE:	NOVA PALMEIRA - PB - 58184000 - 251030		
Telefone para contato (03)	3371-2554	CNS:	126387074400006
Data e Hora:	23/01/2013 14:11:19	CADASTRO:	127533
SSVV			
PESO:	PA:	TEMP.:	
ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)			
- IMAGINANDO NO. D.I.			
EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)			
RESULTADOS			
MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS			
1. _____			
2. _____			
3. _____			
4. _____			
CARÁTER DO ATENDIMENTO			
<input type="checkbox"/> 01 - ELETIVO <input type="checkbox"/> 02 - URGÊNCIA <input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA <input type="checkbox"/> 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO <input type="checkbox"/> 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS			
PROCEDIMENTO - descrição:			
DIAGNÓSTICO:			
NO. D.I.			
CID-10:			
MEDICAÇÃO:		ENCAMINHAMENTO:	
<input type="checkbox"/> 1. PRESCRITA <input type="checkbox"/> 2. APLICADA		<input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> INTERNAÇÃO <input type="checkbox"/> OUTROS	
SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:			
1. _____			
2. _____			
3. _____			
ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S): CARIMBO(S)			
CNS		CBO	CRM
ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL		OU POLEGAR DIREITO	
ASS. DO REVISOR TÉCNICO CARIMBO		ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO CARIMBO	

#STA: HRP



# PRONTUÁRIO

[illegible]

29  
C









GOVERNO  
DA PARÁIBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
Hospital Regional de Picuí Felipe Tiago

## TERMOS DE RESPONSABILIDADE

O abaixo assinado Francisco de Assis da Silva  
Pessoa responsável pelo doente .....  
dá plena autorização aos médicos do Hospital ..... que o  
assistirem, para fazerem as investigações julgadas necessárias ao diagnóstico e para a execução do  
tratamento, comprometendo-se a respeitar todas as disposições gerais contidas nos regulamentos do  
estabelecimento.

Em, 23 de junho de 2013

Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas: .....

O abaixo assinado .....  
Pessoa responsável pelo doente .....  
Reconhece que o mesmo deixou o Hospital contra o parecer dos médicos deste estabelecimento, assumindo  
inteira responsabilidade por sua decisão.

Em, ..... de ..... de .....

Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas: .....

O abaixo assinado .....  
Pessoa responsável pelo doente .....  
Certifica que o mesmo teve alta do Hospital por ter infringido o regulamento deste estabelecimento.

Em, ..... de ..... de .....

Assinatura do doente ou responsável

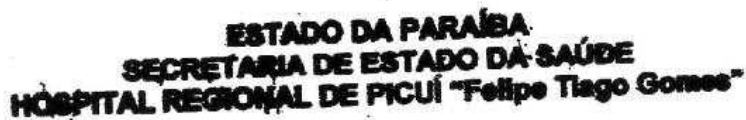
Testemunhas: .....

O abaixo assinado .....  
Pessoa responsável pelo doente .....  
Reconhece que o mesmo está em condições de acordo e declara pelo presente que nenhum médico ou  
qualquer outro membro do Hospital contribuiu intencionalmente para a indução da alta médica hospitalar.

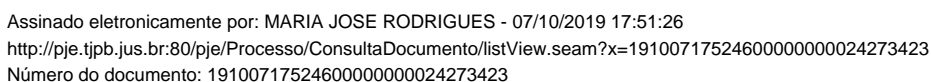
Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas: .....



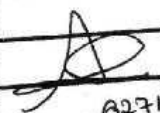
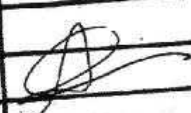
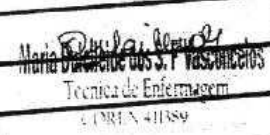


## 320

320

# RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

ME: Francisco de Assis da Silva IDADE: 65.523  
RVIC: d. cirurgica ENT: 207 LEITO: 61

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	ASSINATURA
3.01.13	16:00	Paciente foi admitido nesse setor para submeter-se a procedimento cirurgico	 627149
13.01.13	21:00	Paciente evoluindo em repouso no leito 608, calma, consciente em termos de, sem queixas de dor no momento foi U.C.P.M, estável, a pressão foi firme em M.E. e M.S. provocando por acidente de motocicleta. Segue em tratamento e aos cuidados da enfermagem.	
14.01.13	05:20	Paciente em repouso, sem queixas referidas, realiza com outras queixas, realizando curativo nos cuidados de enfermagem.	
		PA = 120 x 80 mmHg	
		Paciente com repouso, sem queixas referidas, realiza com outras queixas, realizando curativo nos cuidados de enfermagem.	
		PA = 130 x 80 mmHg	
24/01/13	13:00	Paciente consciente orientado, em repouso no leito deambula aceita dieta no momento não refere queixas, funções fisiológicas presentes em bom estado higiene corporal	 Maria da Conceição S. F. Vasconcelos Técnica de Enfermagem CRM 41189





**RELATÓRIO DE ENFERMAGEM**

34

OME: Francisco de Assis da Silva IDADE: 54  
 SERVIÇO: Cl. Cirúrgico ENF.: 207 LEITO: 02

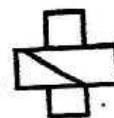
DATA	HORA	EVOLUÇÃO	ASSINATURA
		Preservada segue MCPM com cuidados de enfermagem.	
		PA: 110x80mmHg.	
24/01/13	21hs	Paciente segue em repouso no leito, em ventôsis, EGR, calmo, consciên- te, orientado, aceita dieta, diurese presente, no momento sem queixas, segue MCPM permanentemente lúcido.	Kessia Maria Téc. de Enfermagem COREN 59574
		PA = 120x80mmHg	
25/01/13	05:00h	Paciente evolui bem toda a noite, não registra feixes sons e repouso preservados. realizado curativo.	
		PA: 110x80mmHg.	
	13hs	Paciente alivia dor, quarto cirú- rgico bem, afável, em boas condições, limpo, hidratado, hidratando, man- tem APP no MSD, funções fisioló- gicas presentes, sono, higiene e dieta preservadas. M.C. P.M. se- gue com cuidados de enfermagem.	Kessia Maria 623.691
		PA: 160x130mmHg	
	14:30h	PA: 140x110mmHg	
	18:00h	Paciente recebe alta hospitalar e por ordem médica para retorno ao lar para iniciar no 2º plano.	Maria da Guia C. Azevedo Téc. de Enfermagem COREN 540.972





**GOVERNO  
DA PARÁIBA**

**Capital Regional de Ficat "Folpe Zing Gens"**

**SUS**


**SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

# RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

ME: Francisco de Assis da Silva IDADE: 51  
R.VICO: Cl. Cirurgica ENF: 207 LETTO: 01

[illegible]



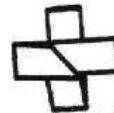
 Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
<b>IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE</b> NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE <b>HOSPITAL REGIONAL DE PICUI</b>		2 - CNES <b>2757710</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE</b> NOME DO PACIENTE <b>Francoise de Assis da Silva</b>		4 - Nº DO PRONTUÁRIO <b>65.523</b>	
5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) <b>1263870744 00006</b>	6 - DATA DE NASCIMENTO <b>07/05/61</b>	7 - SEXO Masc. <input checked="" type="checkbox"/> 1 Fem. <input type="checkbox"/> 2	8 - RACIA DO <b>Pardo</b>
9 - NOME DA MÃE <b>Clara Maria da Silva</b>		10 - TELEFONE DE CONTATO DDD ( ) Nº DO TEL.	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL <b>Marinalva Lopes</b>		12 - TELEFONE DE CONTATO DDD ( ) Nº DO TEL.	
13 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) <b>St. Pedro do Bem</b>			
14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA <b>Grande Palmeira</b>	15 - CDD. EMB. MUNICÍPIO <b>251030</b>	16 - UF <b>PR</b>	17 - CEP <b>58.184-000</b>
<b>JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</b> PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <b>1. Dor no U-ÚMILAR DE 1.º e 2.º</b> <b>2. JUNTURA DO CO</b>			
18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <b>1. DOR NO U-ÚMILAR DE 1.º e 2.º</b> <b>2. JUNTURA DO CO</b>			
19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <b>MANEIRA 1 2.º 3.º</b>			
20 - DIAGNÓSTICO SEGUNDO <b>DOENÇA DE CHAGAS INDICADA</b>	21 - CID 10 PRINCIPAL <b>B36.0</b>	22 - CID 10 SECUNDÁRIO <b>B36.0</b>	23 - CID 10 OUTRAS ASSOCIAÇÕES <b>B36.0</b>
<b>PROCEDIMENTO SOLICITADO</b> 24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <b>SUOJA C/ DEB. DANONDI</b>			
25 - CID 10 <b>B36.0</b>	26 - DATA DA INFORMAÇÃO <b>07/10/19</b>	27 - DOCUMENTO <b>(X) CDS ( ) CPF</b>	28 - Nº DO DOCUMENTO (CDS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSINANTE <b>123456789012345</b>
29 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSINANTE <b>MARIA JOSE RODRIGUES</b>			
30 - DATA DA SOLICITAÇÃO <b>07/10/19</b>			
<b>PRESENCIA EM CASO DE CÂMBIOS EXTERNOS (ACIDENTES DE TRÂNSITO)</b>			
31 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO	32 - CDD DA EMPRESA <b>251030</b>	33 - Nº DO CONTRATO <b>123456789012345</b>	34 - CDD <b>251030</b>
35 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TIPO	36 - CDD DA EMPRESA <b>251030</b>	37 - CDD DA EMPRESA <b>251030</b>	38 - CDD <b>251030</b>
39 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TIPO	40 - CDD DA EMPRESA <b>251030</b>	41 - CDD DA EMPRESA <b>251030</b>	42 - CDD <b>251030</b>
43 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA ( ) EMPREGADO ( ) EMPREENHADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESPREVIDIDO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURO			
<b>AUTORIZAÇÃO</b>			
44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR <b>MARIA JOSE RODRIGUES</b>	45 - CDD. CDD DO AUTORIZADOR <b>251030</b>	46 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR <b>123456789012345</b>	
47 - DOCUMENTO <b>( ) CDS ( ) CPF</b>	48 - Nº DO DOCUMENTO (CDS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR <b>123456789012345</b>	49 - DATA DA AUTORIZAÇÃO <b>07/10/19</b>	
50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO <b>07/10/19</b>	51 - ASSINATURA E CDD DO PROFISSIONAL DO COMITÊ <b>123456789012345</b>	52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR <b>123456789012345</b>	





**GOVERNO  
DA PARÁIBA**

Hospital Regional do Pará "Filipe Tinoco Gomes"



**SUS**

Sistema Único de Saúde

## EVOLUÇÃO

N. Francisco de Assis da Silva Idade: 51a Reg.: 65-523  
Serviço: Ortopedia Diagnóstico: Enrijecimento irreversível do Local: 207-1

### Evolution

Data

ENRIJECIMENTO IRREVERSÍVEL DO  
JOELHO DA MÃO + SUPINO.

Ortopedia 25/02/12

PCT vítima de acidente de moto  
apresenta ferimento profundo por arma  
balística em região medial do antebraço  
com lesão tendal profunda exposta  
já houve pulso e força glenohumeral.

Conduta: Antibiótico até seguir  
dia 28/02 e curar com  
carga orçamentária de plet.

Dr. André Luís Siqueira  
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA  
CRM 8207 1-01-11797

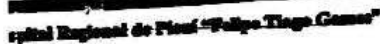
28/04/12

Em 10/02

Paciente em 10/02  
apresenta o membro superior  
com lesão profunda  
em região medial do antebraço  
com lesão tendal profunda  
exposta e já houve pulso  
e força glenohumeral  
conduta: Antibiótico até seguir  
dia 28/02 e curar com  
carga orçamentária de plet.

Dr. José Carlos de Souza  
Médico Residente  
CRM 8820





# EVOLUÇÃO

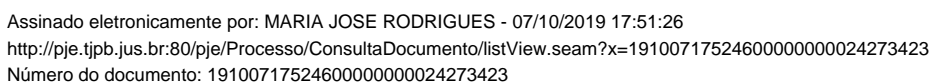
nome: Manoel de Assis da Silva Idade: 51 Reg.: 65-523  
serviço: Ch. Exurgente Diagnóstico: Exameamento Indicador D. Local: 207-01

## Evolução

Boston

28/1/17 Beam aspects as per the

Dr. Marcos A. Ayres  
CRM-PB 1547  
CPF 058.965.094-72





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**HOSPITAL REGIONAL DE PICUI**  
Rua Francisco Pereira Gomes, 15- Monte Santo  
CEP: 58.167-008 Fones: (83) 3371-2554 / 2990  
Picuí PB - CNPJ: 08.778.288/0001-80

Nº AIH \_\_\_\_\_

Nº de Ordem \_\_\_\_\_

Nº de Reg. 65.523

Nº do Docum. 9.74810

### ARQUIVO MÉDICO

Nome: Francisco de Assis da Silva

Responsável: Marivalva Lopes

Pai: José Joaquim da Silva

Mãe: Ricardo Maria da Silva

Prof: Aguinaldo Data Nasc.: 07.05.61 Idade: 51

Endereço: St. Paulo do Beato N° \_\_\_\_\_

Bairro: 2º Rangel Cidade: N. Palmeira Est. Civil: 1º Grau

### PREENCHIMENTO MÉDICO

Diagnóstico definitivo: Surto agudo de psicose

Tratamento efetuado no hospital: \_\_\_\_\_

Exames realizados: \_\_\_\_\_

Internado em 23/01/13 Alta em 28/01/13 Óbito em 1/1

Arquivista

Médico Assistente



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 06/12/2016 16 Horas 39 minutos

Processo: 0002401-82.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 13500,00

Serie : 11

autor : FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO

40  
C

**DATA**  
Recebido nesta data em Cartório:  
Moi, 16 12/16  
Assessoria Judiciária

**CONCLUSÃO**  
Concluído em 16 12 16  
Picui, 16 12 16  
Assessoria Judiciária / Assessoria





**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DA PARAÍBA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI**

**Processo nº 2401-82.2016.815.0271**

**DECISÃO**

Vistos etc.,

O pedido de justiça gratuita não merece acolhimento, eis que a parte autora não comprova sua hipossuficiência financeira.

Com efeito, não há nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos ou que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda.

Ademais, os documentos dos autos comprovam capacidade econômica do autor que adquiriu veículo automotor.

Posto isto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a intimação da parte autora para em 15 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 20 de março de 2017.

**ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA**  
Juiz de Direito

DATA  
Recebido nesta data de Cartório  
em 21.10.17

Assinatura do Juiz de Direito





## CERTIDÃO

Certifico e dou fé que nesta data EXPEDI:

- |                                |                        |
|--------------------------------|------------------------|
| ( ) Mandados de Citação        | ( ) Carta Precatória   |
| ( ) Mandados de Intimação      | ( ) Carta de Citação   |
| ( ) Ofício nº _____            | ( ) Carta de Intimação |
| ( ) Alvará Judicial nº _____   | ( ) Edital             |
| ( ) Mandado de Averbação       | ( ) Alvará de sentença |
| (x) Auto de Fore nº 194 / 2014 | ( ) _____              |

Picuí, 05 / 12 / 2014

*Spasim mV*

Analista Judiciário / Técnico Judiciário

JUNTADA

ALVARÉ DE SENTENÇA

*o Petição*

que segue

Picuí, 27 / 08 / 2018

*Spasim mV*

Recebi / Recebemos





TRIGUEIRO & NOBREGA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

42/c  
DATA  
Recebido no Cartório  
14/09/19  
CSH  
Escritório / Cartório

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI-  
PARAÍBA

Processo: 0002401-82.2016.815.0271

**FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA**, já devidamente qualificada, servindo-se do patrocínio profissional do Bel. Nilo Trigueiro Dantas, inscrito na OAB/PB sob o nº 13.220, nos autos desta Ação de Cobrança, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, juntar o competente comprovante de renda, o qual testifica que o requerente é um mero AGRICULTOR, e não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, e, REQUERER que lhe seja concedido uma redução no percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC.

Logo, como esse Juiz indeferiu a gratuidade judiciária, a parte autora agora junta documento (declaração agente comunitário de saúde) provando sua hipossuficiência financeira e a sua condição de **AGRICULTOR** e de Baixa Renda, e lhe roga que seja concedido a redução no percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias, nos termos do art. 98 do NCPC, abaixo transcrito:

*Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.*

*§ 1º A gratuidade da justiça compreende:*

*...  
§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (grifos nossos)*"

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

43/

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Diante do exposto, requer o peticionário que Vossa Excelência reconsidere o indeferimento da Justiça Gratuita, e, diante dos documentos ora colacionados, que conceda os beneplácitos da justiça gratuita de forma parcial, lhe concedendo uma redução de percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais (Em anexo).

Nesses termos,  
Pede deferimento.

Picuí, 13 de maio de 2018.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13.220

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ  
C.N.P.J. 08.741.399/0001-73  
Home Page: <http://picui.famup.com.br>  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
CNPJ: 08.619.650/0001-21

44/3

## DECLARAÇÃO

Declaro de acordo com as informações do Agente Comunitário de Saúde **JOSE LUCIANO DE OLIVEIRA DANTAS**, casado, portador do RG 3.021.971 SSP-PB, e CPF: 074.027.384-18, residente no Sítio Cabaré município de Picuí – PB que o Senhor **FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA**, solteiro, agricultora, portador do RG 974.610 e CPF: 570.401.684-73, residente no Sítio Boa Fé município de Picuí-PB, é cadastrado no **SISAB (Sistema de Informação da Atenção Básica)** deste Município e visitado pelo já citado Agente Comunitário de Saúde desde o ano de 2014 até a data atual.

Picuí – PB 21 de dezembro de 2017.

  
**JOSE LUCIANO DE OLIVEIRA DANTAS**  
Agente Comunitário de Saúde

  
**JANAINA DE MEDEIROS LIMA ALMEIDA**  
Secretaria de Saúde

Rua Gaudino Pinheiro nº 26 – Centro – Picuí – PB CEP: 58187-000  
Fone/ Fax: (83) 3371-2827– E-mail: [pmpicui.sat.splena@uol.com.br](mailto:pmpicui.sat.splena@uol.com.br)





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DA PARAÍBA

INTRANET (/INTRANET)

✉ (HTTP://MAIL.TJPB.JUS.BR/)

≡ MENU

Consulta  
Processual

(https://app.tjpb.jus.br/consultas/juiz/certo/paginas/publico/https://app.tjpb.jus.br/dje/paginas/dia)

Solicitar  
Certidão

PJe (/pje)

Diário da  
Justiça

Início (/) / Notícias (/noticias)

📅 18/01/2018 - 15h37

🕒 18/01/2018 - 16h10

📁 DITEC (/diretorias/tecnologia-da-informacao/noticias)

# TJPB dispõe de nova ferramenta que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas

(https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2017/06/Processo\_\_\_\_.jpg) A partir desta sexta-feira (19), as  
(https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2017/06/Processo\_\_\_\_.jpg)  
(https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2017/06/Processo\_\_\_\_.jpg)



(https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/noticias/Processo\_\_\_\_.jpg)

custas processuais do Poder Judiciário estadual poderão ser emitidas com desconto. Considerando o disposto no § 6º do artigo 98 do Código de Processo Civil, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC) criou uma funcionalidade no 'Sistema de Custas Judiciais Online', localizado no lado esquerdo do Portal do Tribunal de Justiça da Paraíba, que possibilita ao juiz conceder descontos nas custas processuais.

A nova opção integra uma das etapas do Projeto Estratégico do Novo Sistema de Recolhimento de Despesas Processuais, que tem como gestor, o membro do Comitê Orçamentário, juiz Alexandre Targino.

A Gerente de Projetos do TJPB, Caroline Leal, destacou a importância da implantação desse novo dispositivo. "Atualmente, 90% dos processos têm a justiça gratuita deferida, sem que haja um controle, por parte do magistrado, de quem realmente pode ou não pagar as custas processuais. Com essa nova ferramenta, ao invés do juiz deferir a gratuidade, ele poderá conceder descontos nas custas processuais sem prejudicar a arrecadação do Fundo Especial do Poder Judiciário e continuar atendendo a situação financeira do jurisdicionado", explicou.



13/08/2018

TJPB dispõe de nova ferramenta que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas | Tribunal de Justiça da Paraíba

Caroline Leal observou que, além de permitir descontos e parcelamentos, a ferramenta vai proporcionar um maior controle interno, por parte da Diretoria de Finanças do TJPB, quanto ao número de guias que forem emitidas com desconto. 46/8

Responsável pelo desenvolvimento tecnológico do projeto, o Gerente de Sistemas do Tribunal, José Teixeira de Carvalho Neto, falou do novo instrumento: "Não se trata especificamente de uma inovação tecnológica, e sim, de uma nova funcionalidade na emissão das custas judiciais. Demos vazão a uma demanda antiga. Conseguimos viabilizar através da tecnologia, indo ao encontro do Novo Código de Processo Civil", explicou.

A princípio, a ferramenta possibilitará, apenas, os descontos, mas, em um segundo momento (previsto para junho deste ano), dentro desse mesmo dispositivo, o juiz poderá conceder, também, o parcelamento das custas processuais.

Clique e veja como funcionará, através do tutorial. (<https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/18.0.2018-Tutorial-Custas-Judiciais.pdf>)

Por Ewerton Correia (estagiário)


18.0.2018 - Tutorial Custas Judiciais (<https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/18.0.2018-Tutorial-Custas-Judiciais.pdf>)

Compartilhar:  


## DICOM


Diretoria de Comunicação Institucional

 [imprensatjpb@gmail.com](mailto:imprensatjpb@gmail.com)

 (83) 3216-1611

Tribunal de Justiça da Paraíba (<https://www.tjpb.jus.br/>)

 PABX: (83) 3216-1400

 Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)

Desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação





47/20



ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA  
GERÊNCIA DE PROJETOS

## TUTORIAL

### Despesas processuais com desconto

1. Escolhe "Custas Ocasionais", digite o número do processo, consulte e selecione a opção que retorne os dados referentes ao feito que se pretenda emitir a guia.

A captura de tela mostra a interface do sistema "Custas Judiciais online". No topo, há o logotipo e o nome do sistema, além de uma barra de login com o texto "Área restrita" e um botão "Entrar". Abaixo, a seção "Área Pública" contém um menu com as opções "Custas Ocasionais" e "Diligências / Pore". O campo "Número do Processo" está preenchido com "03000272020-58150231". Abaixo disso, há uma seção "Campos Obrigatórios" com um botão "Consultar". Na parte inferior, há uma tabela com o título "Custas Ocasionais - Dados do Processo".

Número do Processo	Comarca	Competência	Classe Processual
03000272020-58150231	Mamanguape	1ª VARA DE MAMANGUAPE	BUSCA E APREENSÃO - CIVIL - 151



48/20

2. Das opções elencadas, marque a opção “Desconto” e clique em calcular:

Costas Ocasionalis - Dados do Processo

Número do Processo	Comarca	Competência	Classe Processual
08000272020158150231	Mamanguape	1a VARA DE MAMANGUAPE	BUSCA E APREENSAO - CIVEL - 181

\* Tipo de Costa Ocasionalis

- Reconvenção
- Destituição do Benefício da Justiça Gratuita
- Varição no Valor da Causa
- Diligência Despesas Postais
- Assinatura do Presidente ou Vice-Presidente
- Multa
- Desconto**
- Certas Formais

Calcular

3. Preencha no campo “Valor com desconto” o valor que se vai pagar, conforme autorizado pelo magistrado, e clique em calcular:

Área Pública

Costas Ocasionalis

Diligências / Porte

Número do Processo: 08000272020158150231

Comarca: Mamanguape

Classe Processual: BUSCA E APREENSAO - CIVEL - 181

Nome Promovente: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A

Nome Promovido: CARLOS ANDRE SILVA DOS SANTOS

\* Valor com desconto: 100,00

\* Campos Obrigatórios

Calcular Voltar



49/2

4. A tela com o resumo apresentará os dados do processo, o valor da Taxa Judiciária informada na tela anterior, a tarifa bancária e o valor total. Será informado também o valor da UFR vingente. Confira todas informações e clique em “Emitir guia”.

Custas Ocasionais - Resumo

<b>Número do Processo:</b>	08000272020158150231
Classe Processual	BUSCA E APREENSAO - CIVEL - 181
Comarca	Mamanguape
Promovente	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A.
Promovido	CARLOS ANDRE SILVA DOS SANTOS
Valor da Causa (R\$)	0,00
Valor das Custas (R\$)	0,00
Valor da Taxa Judiciária (R\$)	100,00
Valor das Despesas Postais (R\$)	0,00
Despesas com Mandados (R\$)	0,00
Tarifa Bancária (R\$)	1,35
Valor Total (R\$)	101,35 (2,05 UFR)
Valor da UFR (Valor Fiscal de Referência) R\$ 49,47	

**Emitir Guia** Voltar

5. Serão emitidas três vias: “Via Parte”, “Via Processo” e “Via Banco”. Na “via processo”, foi acrescentada a informação acerca do Valor da UFR vingente, bem como a quantas UFR’S equivalem o valor total da guia.

<b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b>		<b>Via Processo</b>	Data de Emissão
Guia de Recolhimento de Custas e Taxas			17/01/2018
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Data de Vencimento
			05/02/2018
Comarca	Nº do Processo	Nº da Guia	Conta FEPJA
Mamanguape	0800027-20.2015.815.0231	023.2018.600001	1618-7/228.039-6
Histórico			Custas Judiciais (R\$)
Tipo de Guia: Guia de Custas Ocasionais - Desconto			0,00
Classe Processual: BUSCA E APREENSAO - CIVEL - 181			Taxa Judiciária (R\$)
Promovente: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A.			100,00
Promovido: CARLOS ANDRE SILVA DOS SANTOS			Despesas Postais (R\$)
Valor da Causa: R\$ 0,00			0,00
			Despesas com Mandados (R\$)
			0,00
			Tarifa Bancária (R\$)
			1,35
Valor Total da Guia: R\$ 101,35 (2,05 UFR)			Valor da UFR: R\$ 49,47
Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			
Instruções			Valor Total (R\$)
Pagar nas agências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários.			101,35

**OBSERVAÇÃO:** Para a opção de parcelamento, deve-se emitir a guia mês a mês, realizar o pagamento e juntar ao processo.



CONCLUSÃO

Concluso nesta data ao MM. Juiz.

Direito.

Pela

24 08 2018

CSJ usci m m

Escritor / Escrevente





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE PICUÍ**  
Vara Única

50

9

Processo: 0002401-82.2016.815.0271

## DECISÃO

**Vistos, etc.**

**1. Indefiro o pedido de reconsideração**, posto que o documento de fls. 44 não constitui prova idônea de incapacidade econômica, posto que firmada com base em declaração pessoal da parte, além do que o autor não juntou aos autos qualquer prova ao menos indiciária de que realmente viva dos frutos da agricultura de subsistência ou de que é beneficiário de programa social assistencial destinado a pessoas de baixa renda, como já salientado na decisão que indeferiu a gratuidade de justiça.

**2. Defiro o pedido de redução de 50% por cento do valor das custas, bem como o parcelamento requerido**, por aplicação analógica do art. 98, § 6º, do CPC, devendo o pagamento ser feito em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, iniciando-se a partir do 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da intimação.

**3. Intime-se a parte autora a comparecer no setor de distribuição deste Juízo**, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da intimação, a fim de receber a guia de custas com o valor de cada parcela, devendo fazê-lo todo mês, até o pagamento integral do valor calculado pela contadoria.

**4. Caso a parte autora não comprove o pagamento das parcelas no prazo assinalado, certifique-se e faça-se conclusão dos autos.**

**5. Caso comprovado nos autos o pagamento da primeira parcela no prazo assinalado, cite-se o promovido para apresentar contestação**, no prazo de 15 (quinze) dias.

**6. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora à réplica**, no prazo de 15 (quinze) dias.

**7. Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC**, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

**Cumpra-se independentemente de novo despacho.**

Picuí, 31 de agosto de 2018.

**ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA**  
**Juiz de Direito**



DATA  
Recebido nesta data em Cartório.  
Pici, 20, 09, 19.  
Anelita / Técnico Judiciário







**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUI**

---

**VARA ÚNICA DE PICUI**

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0002401-82.2016.8.15.0271**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0002401-82.2016.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 10 de junho de 2020.

**LOURDEMAR VERAS FARES DAVID**  
Técnico Judiciário



Ciente e segue custas em anexo.





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUÍ**

---

**VARA ÚNICA DE PICUÍ**

Rua São Sebastião, S/N, Centro, Picuí/PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO: 0002401-82.2016.8.15.0271**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara Única, intimo Vossa Excelência para comprovar nos autos o pagamento da primeira parcela das custas judiciais, devendo fazê-lo todos os meses, até a última parcela (despacho ID 25090897, página 51).

Picuí/PB, 20 de outubro de 2020.

**LOURDEMAR VERAS FARES DAVID**  
Técnico Judiciário



Segue petição e documentos em anexo.





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.**

**PROCESSO Nº. 0002401-82.2016.815.0271**

**FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA**, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho proferido para o recolhimento das custas judiciais, o autor informa que fora concedido por esse Juízo a GRATUIDADE JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL, com uma redução de percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias a ser parcelado em até seis parcelas.

Logo, como as custas prévias são no montante total de R\$ 1.246,50, onde aplicando-se os 50% de desconto, o valor a se recolher seria no **valor total de R\$ 623,25, o qual parcelado em 06 vezes, perfaz uma parcela de R\$ 103,88 (cento e três reais e oitenta e oito centavos), a qual está sendo recolhida nesse ato.**

Por fim, como já recolhera parte das custas prévias, o autor, ao final, requer que seja determinada a citação da ré e a consequente tramitação normal dos autos.

Nestes Termos,  
Pede e espera deferimento.

Picuí – PB, 17 de novembro de 2020.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13.220



## Etapa 5/5 - Resumo da Guia

Guia de Custas Iniciais (Processo: 0002401-82.2016.8.15.0271)



Atenção! Isso não criará uma nova Guia, trata-se apenas do resultado da simulação solicitada no dia 17/11/2020. Além disso, os valores apresentados em reais podem sofrer alteração conforme a mudança no valor da UFR.


Dados Gerais
Tipo da Guia:
Custas Iniciais
Processo:
<a href="#">0002401-82.2016.8.15.0271</a>
Número de Parcelas:
1x
Valor Total (Sem desconto):
R\$ 1.246,50 (23,87931 UFR )
Desconto:
R\$ 0,00 (0 UFR )
Valor Final (Com desconto):
R\$ 1.246,50 (23,87931 UFR )


Componente	Valor
Custas Judiciais 1º Grau	R\$ 1.044,00 (20 UFR )
Taxa Judiciária	R\$ 202,50 (3,87931 UFR )





 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 027.7.20.00639/01
			<b>Data de emissão:</b> 17/11/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0002401-82.2016.815.0271	<b>Comarca:</b> Picuí	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 30/11/2020
<b>Número da</b> 027.2020.600639 <b>Tipo da</b> Custas Ocasionalmente de Multa			<b>UFR vigente:</b> R\$ 52,20
<b>Detalhamento</b> - Taxa Judiciária: R\$ 103,88 - Taxa bancária: R\$ 1,38			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovente</b> FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A <b>Valor da causa:</b> R\$ 13.500,00			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Valor total:</b> R\$ 105,26
866600000016 052609283180 520201130025 772000639017 			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 105,26

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 027.7.20.00639/01
			<b>Data de emissão:</b> 17/11/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0002401-82.2016.815.0271	<b>Comarca:</b> Picuí	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 30/11/2020
<b>Número da</b> 027.2020.600639 <b>Tipo de</b> Custas Ocasionalmente de Multa			<b>UFR vigente:</b> R\$ 52,20
<b>Promovente</b> FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Valor da causa:</b> R\$ 13.500,00			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Detalhamento</b> - Taxa Judiciária: R\$ 103,88 - Taxa bancária: R\$ 1,38			<b>Valor total:</b> R\$ 105,26
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 105,26

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 027.7.20.00639/01
			<b>Data de emissão:</b> 17/11/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0002401-82.2016.815.0271	<b>Comarca:</b> Picuí	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 30/11/2020
<b>Número da</b> 027.2020.600639 <b>Tipo de</b> Custas Ocasionalmente de Multa			<b>UFR vigente:</b> R\$ 52,20
<b>Detalhamento</b> - Taxa Judiciária: R\$ 103,88 - Taxa bancária: R\$ 1,38			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovente</b> FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A <b>Valor da causa:</b> R\$ 13.500,00			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Valor total:</b> R\$ 105,26
866600000016 052609283180 520201130025 772000639017 			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 105,26



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
17/11/2020 - AUTO-ATENDIMENTO - 18.39.11  
2441402441

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: NILO TRIGUEIRO DANTAS  
AGENCIA: 2441-4 CONTA: 10.352-7  
=====

Convenio	TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PB	
Codigo de Barras	86660000001-6	05260928318-0
	52020113002-5	77200063901-7
Data do pagamento	17/11/2020	
Valor Total	105,26	

=====

DOCUMENTO: 111702  
AUTENTICACAO SISBB:  
1.6E6.AD6.DCD.E6A.4C0





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUÍ**

---

**VARA ÚNICA DE PICUÍ**

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

**MANDADO DE CITAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO: 0002401-82.2016.8.15.0271**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Picuí, manda que, em cumprimento a este, cite a parte:

**Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ**

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na petição inicial.

Picuí/PB, 21 de novembro de 2020.

De ordem, LOURDEMAR VERAS FARES DAVID  
Técnico Judiciário

